Fonte: Tela Viva, ano 15, n. 157, p. 14-20, jan./fev. 2006.

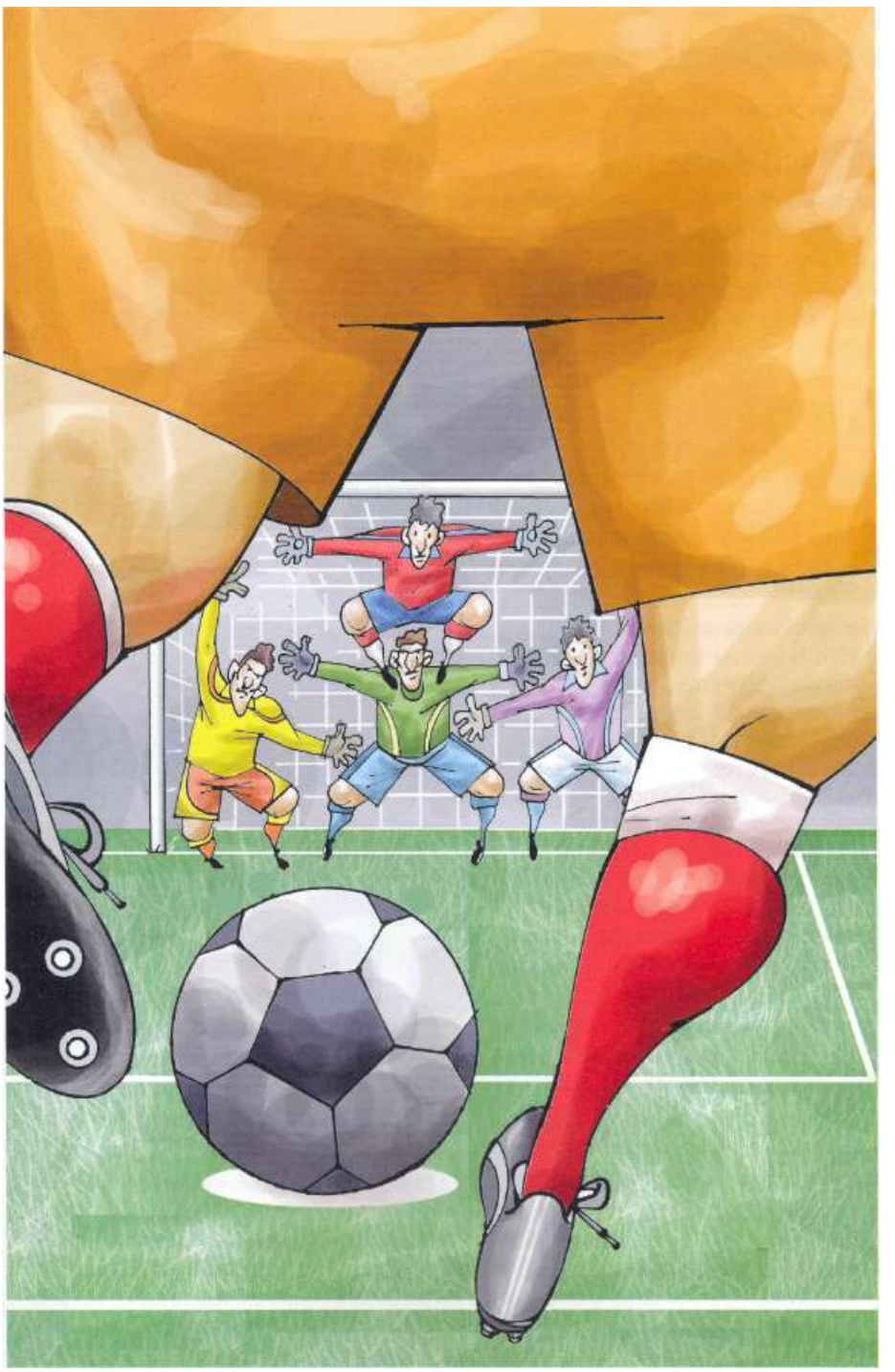
Samuel Possebon
samuca@paytv.com.br

Chegou a hora H?

Governo está próximo de tomar uma decisão sobre a TV digital no Brasil, mas a maior parte dos (graves) problemas imediatos que precisariam de uma resposta sequer entrou em debate.

Em um dos episódios mais controvertidos desta reta final para a definição do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), Hélio Costa, ministro das Comunicações, declarou em audiência na Câmara dos Deputados no dia 31 de janeiro que estava colocando a bola na marca do pênalti para que o presidente Lula, ao fazer a escolha do padrão a ser adotado pelo Brasil,fizesse um gol de placa, um gol "devagar" (mas ainda assim um gol) ou chutasse para fora. O gol de placa, na analogia do ministro, era uma referência ao padrão japonês (ISDB-T, o de sua preferência e também o da preferência de nove entre dez radiodifusores).O gol sem impacto seria o europeu (DVB-T) e o chute para fora, pela lógica, seria o padrão norte-americano (ATSC).A metáfora do pênalti remete a uma situação em que entre o objetivo e o passo a ser dado não há obstáculos significativos. É um chute livre, quase direto, onde apenas o goleiro se coloca entre a bola e o gol. Foi no mínimo uma manifestação de otimismo do ministro colocar a situação desta forma.Talvez fosse mais preciso dizer que definição do Sistema Brasileiro de TV Digital se assemelha a uma partida de rugby ou futebol americano.

TELA VIVA vem conversando nas últimas semanas com dezenas de especialistas e personagens diretamente envolvidos na escolha do padrão brasileiro. São fontes de várias facções do governo, radiodifusores, pesquisadores, interessados diretos e indiretos. Com base no que foi apurado,fica pelo menos uma certeza: há bem mais do que um goleiro entre a bola e o gol. Isso para



falar apenas nas questões que terão que ser definidas no primeiro momento, para que o SBTVD deixe de ser apenas uma discussão e se torne uma realidade. Não é por acaso que na sessão de Comissão Geral da Câmara dos Deputados (evento raro, onde a sociedade é chamada a se manifestar sobre um tema específico), realizada dia 8 de fevereiro, os 40 convidados se mostraram absolutamente divididos entre aqueles que defendem uma decisão rápida, imediata, e uma decisão futura, ponderada, que consolidasse mais discussões.

A decisão sobre o SBTVD, anunciada para o dia 10 de março, terá necessariamente que vencer obstáculos de natureza empresarial, regulatória, política e tecnológica para ter um mínimo de solidez.
O problema é se haverá tempo para isso, já que o ministro Hélio Costa e o próprio presidente Lula batem pé na data de 7 de setembro para o lançamento comercial. É um boa data política, mas que inviabiliza uma série de ajustes necessários.

Desafios empresariais

Do ponto de vista das próprias empresas de radiodifusão,o principal problema é o que acontecerá com o mercado no momento em que se autorizar a migração para a TV digital. De um lado, ter o padrão definido e a possibilidade de digitalizar é ótimo. Por outro, as condições em que isso acontecerá podem criar problemas.

Para uma emissora de TV privada, seja qual for o porte, há algumas premissas que não devem ser alteradas: o bolo publicitário não pode diminuir e de preferência não deve se pulverizar nem se concentrar ainda mais em uma única emissora; os meios de distribuição têm que estar assegurados, seja no mercado de alta definição, seja no mercado de definição padrão ou no mercado móvel, ou seja, as emissoras precisam ter o controle das freqüências; não deve haver nenhum tipo de imposição de regras ou mudanças no mercado que impliquem alteração no modelo de funcionamento das emissoras. E, por fim, a decisão deve ser rápida, para que elas não fiquem para trás na concorrência com outras mídias digitais.
É por essa razão que o ministro Hélio Costa fala, inclusive, em adotar rapidamente uma tecnologia já estabelecida, o que significa dizer um dos padrões internacionais com compressão MPEG-2 para, depois, se pensar em incorporar o MPEG-4.

Para o ministro Hélio Costa, está tudo pronto para que o presidente faça "um gol de placa" mas a escolha do padrão é só o começo, e há muitas outras questões a resolver.

Acontece que as próprias emissoras já admitem que a TV digital no Brasil virá com uma compressão baseada no MPEG-4. Ouve-se isso no governo e isso foi dito textualmente por Roberto Franco, presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão, e por Fernando Bittencourt, diretor de tecnologia da TV Globo,durante a comissão geral realizada pela Câmara. Com o MPEG-4, contudo, amplia-se para oito o número de canais em definição padrão (SDTV) que poderão ser transmitidos em uma única faixa de 6 MHz, hoje utilizada pelas emissoras para a transmissão de um canal analógico. São oito canais SDTV ou dois em alta definição (HDTV),e mais uma sobra para transmissões móveis ou para terminais de pequena definição (portáveis).
Mas mesmo que o governo, para cumprir o prazo de 7 de setembro, opte por seguir pelo bom e velho MPEG-2, ainda assim seriam quatro canais de definição standard, ou um de alta definição.

O que acontecerá com as emissoras de televisão com tanto espaço? Alguma delas terá condição de colocar oito canais no ar (ou quatro, pelo MPEG-2)? Alguma conseguirá produzir dois canais em alta definição? E as afiliadas? Serão obrigadas por contrato a transmitir prioritariamente o que vier da cabeça-de-rede, como é hoje? O espaço para programação própria, regional, será ampliado?

Na teoria, as possibilidades de abrir mais canais, no limite chegando a oito SD ou dois HD para cada emissora, são incríveis. Na prática, sabe-se que isso não vai acontecer. A TV Globo, por exemplo, ficou alguns anos pensando no que faria com os canais de UHF que tem em algumas das grandes cidades brasileiras. Cogitou abrir uma "Globo 2" com programação mais segmentada, para o público jovem ou para as classes mais populares. No final, engavetou a idéia. Considerou que a iniciativa dispersaria a audiência. A Bandeirantes teve um dos poucos casos bem sucedidos entre as grandes redes nacionais ao lançar o Canal 21 em suas freqüências de UHF. O canal, contudo, só decolou quando ganhou distribuição nacional e perdeu o caráter "paulistano" do projeto original.

O problema das afiliadas é ainda mais complexo. Hoje, a maior parte delas tem pouca autonomia para produção própria justamente para preservar o trilho de programação que traz a audiência esperada pelas geradoras nacionais. Na hipótese de cada uma delas poder colocar vários canais em SDTV ou HDTV, ninguém sabe dizer se os contratatos de afiliação não teriam que ser revistos. E há o problema de quem pagará a conta. Os próprios radio-difusores regionais, quando foram para a linha de frente contra o projeto da deputada Jandira Feghali sobre regionalização da TV (projeto este que, diga-se de passagem, tramita há mais de uma década no Congresso) argumentaram que não teriam condições de cumprir cotas locais muito grandes, dada a inviabilidade econômica para a produção audiovisual em muitos mercados.

Nada impede, também, que no mundo digital as emissoras regionais passem a buscar distribuição em outras regiões, por exemplo. A RBS, que hoje é um dos grupos locais que se destaca pelo volume de produção própria, poderia buscar espaço ocioso em cidades como São Paulo para transmitir sua programação. No limite do absurdo, poderia ter a própria TV Globo como sua afiliada, caso a emissora não consiga ocupar o seu espectro com dois canais HDTV ou oito em SDTV,ou alguma das combinações possíveis.

Um outro grande desafio mercadológico trazido imediatamente pela TV digital virá dos canais que hoje estão ocupando o espectro mas que não são, exatamente, seguidores do modelo baseado em programação educativa, cultural, regional e informativa como pede a Constituição e a legislação do setor. Além de um problema regulatório (como veremos mais adiante) esses radiodifusores representam, para as grandes emissoras de televisão estabelecidas, um grande potencial de incerteza. O que acontecerá com a audiência se os vários canais de pregação religiosa se multiplicarem? O que acontecerá se mais e mais igrejas ocuparem o altar eletromagnético? E os canais de tele-vendas? Serão multiplicados por oito (já que não há porque acreditar que estes canais precisem de programação em alta definição)? Que impacto isso terá nas receitas publicitárias? Não por acaso, fontes altamente qualificadas do Ministério das Comunicações mostraram a TELA VIVA uma grande preocupação sobre como tratar esses casos na transição.

"Todo mundo quer pluralidade, mas ela não existe em nenhum lugar no mundo na TV aberta"
Johnny Saad, da Band

Outro problema para as emissoras: financiamento à migração. Hoje, poucas são as TVs que têm condições de arcar com os custos para a construção de uma rede digital. O CPqD estimou, por emissora, em R$ 300 milhões o custo de digitalização par-a uma rede com 70% de cobertura no Brasil. Os padrões internacionais até oferecem algum financiamento, mas nenhum deles chega a ser suficiente para atender a mais do que duas redes. Quem pagará esse custo? A cabeça-de-rede ou a afiliada? Johnny Saad, presidente da TV Bandeirantes, costuma dizer que até hoje só viu o BNDES fazendo exigências e mais exigências para financiar empresas de comunicação, mas até agora, nada de investimentos. Hélio Costa fala que há conversas com o banco estatal, mas não se sabe se são conversas para financiar as emissoras.

Pelas contas do governo, a digitalização custaria às emissoras de todo o país R$ 5,6 bilhões (só em infra-estrutura de transmissão, sem contar o custo de produção), dos quais R$ 1,2 bilhão para as emissoras educativas,que representam 174 das 459 geradoras. Quem financiaria a rede educativa? O governo ou o mercado publicitário? Hoje, como se sabe, a maior parte das emissoras educativas sobrevive buscando recursos na iniciativa privada, com maior ou menor grau de tolerância em relação ao tipo de comercial exibido. Além do problema legal, isso representa mais concorrência para as emissoras comerciais. Com quatro ou oito canais a mais para cada emissora educativa, o que acontecerá? Alguma delas terá condições de produzir em alta definição? A TV Cultura, por exemplo, que hoje já coloca boa parte de sua produção em canais pagos, poderia oferecer o mesmo a toda a população. Bom para quem não tem TV paga, mas isso não dispersaria ainda mais a audiência e a verba publicitária?

Aparentemente, contudo, as emissoras de televisão brasileiras não estão exatamente preocupadas com esses desafios da era digital, que se abaterá sobre elas tão logo o governo dê o sinal verde para a digitalização. Ou pelo menos não manifestam em público estas preocupações, que muitas colocam de forma reservada. Todas elas têm se manifestados a favor de uma definição imediata do Sistema Brasileiro de TV Digital, sem maiores óbices à forma como isso acontecerá. No Congresso Nacional, foram 19 representantes do setor se manifestando com o mesmo discurso: a TV aberta brasileira quer continuar gratuita, levando programação de qualidade ao brasileiro, com mobilidade e alta definição. Falaram representantes das emissoras de Goiás,Tocantins, Santa Catarina, Bahia... Mercados que certamente não terão as mesmas condições do rico Sudeste para se desenvolverem no mundo digital. Mesmo assim, elas não colocaram problemas a uma decisão imediata do governo. Pelo contrário. Apenas Daniel Rodrigues, da Rede Brasil Amazônia, levantou o problema do financiamento a redes em regiões de pequena atratividade financeira e da produção regional.

A regra não é clara

A avalanche de questões que se colocará aos grupos de comunicação do ponto de vista empresarial também se coloca ao governo do ponto de vista regulamentar. Por exemplo:é razoável que se dê mais um canal de 6 MHz a uma emissora que hoje não cumpre a legislação? O espelhamento de espectro será automático e gratuito a todas as geradoras e retransmissoras? E mesmo que a emissora esteja dentro da lei, poderá ela ficar com espectro ocioso? Poderá ela transmitir multiprogramação com base nos instrumentos legais hoje existentes?

Alguns ministérios têm trabalhado nessas questões. Nossa reportagem analisou documentos internos e discussões que não vieram a público

por uma opção do Ministério das Comunicações, mas que não deixam de ser críticas. A Lei Geral de Telecomunicações diz, textualmente, que a administração do espectro deverá ser feita de forma racional e econômica, egulada, considerando o interesse público, e que a ocupação do espectro poderá ser modificada desde que o interesse público assim o determine. Essa função cabe à Anatel. Faz sentido ao governo abrir para cada emissora mais 6 MHz se não se sabe como e se esse espectro será utilizado? Seria, no mínimo, gerir inadequadamente o espectro, na opinião de um estudo jurídico de um ministério a que TELA VIVA teve acesso. A justificativa é que as emissoras precisam desse espectro para se ajustarem à competição na era digital. É verdade. O que não quer dizer que o espectro, por si só, seja condição suficiente. Ninguém assiste às ondas eletromagnéticas. É necessário dar garantias de que haverá produção e programação ocupando aquele espaço.

NÃO ESTÁ CLARO O QUE ACONTECERÁ COM AS AFILIADAS OU COM A OBRIGATORIEDADE DE TRANSMISSÃO PELO CABO

Além disso, a Lei Geral de Telecomunicações diz que a autorização para o uso de radiofreqüência dependerá de licitação. O Decreto-Lei 236/67 coloca limites às concessões ou permissões para a execução do serviço de radiodifusão: no máximo 10 estações de TV no Brasil, sendo no máximo cinco em VHF (ou seja, outras cinco em UHF) e no máximo duas por estado. Cada canal transmitido em SDTV não seria uma"estação"a mais? Nesse caso, um grupo detentor de duas geradoras passaria a ter até 16 "estações"? E um grupo no limite do Decreto-Lei 236, que tenha hoje cinco geradoras em VHF e cinco geradoras em UHF, passará a ter 80"estações"? O conceito de estação dos anos 60 é de difícil aplicação na era digital, mas certamente a idéia era impedir que o mesmo grupo transmitisse diversas programações de forma aberta. Não há resposta sobre como arrumar isso agora, mas sabe-se que precisa ser por lei ou por Medida Provisória. Não dá para resolver por decreto. Ou seja, a bomba cai no colo do Congresso de uma forma ou de outra. Além disso, no próprio contrato de concessão das geradoras de TV está estabelecido que elas não terão direito de prioridade sobre o espectro.

E no caso das emissoras de televisão que hoje estão à margem das obrigações legais? São dezenas de canais que hoje se prestam apenas à programação religiosa, sem conteúdo informativo, jornalístico ou cultural. Há ainda um grande número de canais de tele-vendas e leilões transmitidos de forma aberta que nada mais trazem do que ofertas em tapetes, jóias, gado e artigos diversos, sem muito interesse público. Há ainda o problema das retransmissoras, que pela canalização prevista pela Anatel, seriam contempladas com mais 6 MHz em cidades com mais de 200 mil habitantes. Há casos, como o da retransmissora de Santa Inês/MA na cidade de São Paulo, controlada pelo grupo O Estado de S. Paulo, que nem no ar está. Há apenas o"colorbar"com a Rádio Eldorado tocando ao fundo. E as emissoras educativas que hoje vendem espaços comerciais? Receberiam mais 6 MHz sem que houvesse uma posição definitiva sobre a legalidade de suas operações?

"As emissoras de televisão têm que evoluir, precisam de tecnologia para competir com as empresas de telecomunicações"
José Inácio Pizani, da Abert

Para piorar, resolver essas questões para o mundo digital implica ter que resolvê-las também no mundo analógico. Ou seja, se quiser fazer uma transição séria para a TV digital, o governo terá que encarar a dolorosa tarefa de cassar quem estiver irregular hoje. E a cassação de uma concessão de forma extemporânea, como se sabe, tem que partir do Executivo, passar pelo Judiciário e ainda ser ratificada por dois terços do Congresso Nacional.

Os problemas imediatos de natureza regulatória vão ainda além. O Decreto 4.90172003, que estabeleceu as diretrizes para o Sistema Brasileiro de TV Digital, pede que o trabalho promova a inclusão digital, a educação à distância, a "transição do analógico para o digital" para as atuais concessionárias, mas também o "ingresso de novas empresas, propiciando a expansão do setor','o aperfeiçoamento do "uso do espectro"entre outras determinações, que até agora não foram justificadas pelo governo.

Da mesma forma, a Constituição Federal determina que os meios de comunicação social não podem ser objeto de monopólio ou oligopólio (Artigo 220). Se apenas algumas emissoras tiverem condições econômicas de migrarem para o digital, o Estado poderá ser acusado de não zelar pela pluralidade no novo ambiente.

Com isso, fica aberto o flanco para, qualquer que seja a decisão do governo, haver pressão do Ministério Público Federal (que exigirá o cumprimento do Decreto 4.90172003) e do Tribunal de Contas da União, caso não se justifique que na distribuição dos canais de 6 MHz não se está abrindo mão de recursos ou contrapartidas para a sociedade como um todo.

Outro problema grave e que requer definição imediata é a questão da TV por assinatura. Hoje, as redes de cabo são obrigadas por lei a levarem os sinais das geradoras em todas as

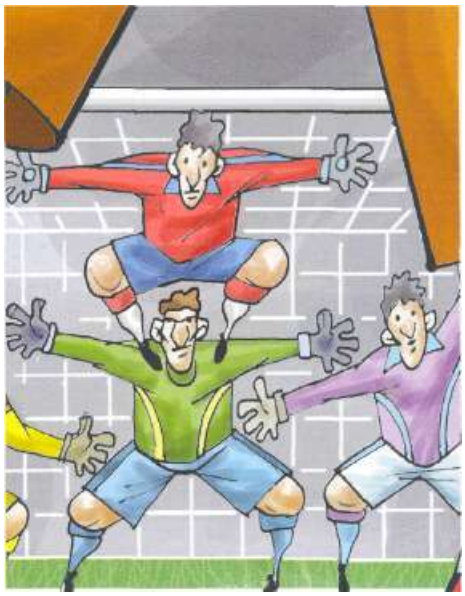
cidades em que operam. Mais uma regra do mundo analógico. Essas operadoras terão que fazer o mesmo no caso de as geradoras transmitirem em alta definição ou transmitirem oito canais diferentes? Não há resposta, mas certamente haveria problemas de espaço, mesmo em redes de TV a cabo digitais. Esse é um ponto que o Ministério das Comunicações também trabalha para ser abordado no decreto de transição.

Novo modelo

A transição da TV analógica para a TV digital é um daqueles pontos de inflexão, em que um mercado dá um salto evolutivo tão significativo que novas possibilidades se abrem. Em geral, esses momentos de inflexão, causados por avanços tecnológicos ou pela realidade econômica, vêm acompanhados de uma mudança de modelo. No caso das telecomunicações, a redefinição se deu na década de 90. Antes da privatização, antes da introdução de novas bandas no celular, antes da entrada de teles concorrentes, houve uma reforma constitucional (em 1995), uma lei mínima (em 1996), uma lei geral (em 1997), um leilão público (em 1998), criou-se uma agência reguladora e inúmeros regulamentos foram publicados.

"As emissoras de televisão têm que evoluir, precisam de tecnologia para competir com as empresas de telecomunicações"disse José Inácio Pizani, presidente da Abert,ao Congresso Nacional."Estamos discutindo o futuro da TV aberta pelos próximos 50 anos, precisamos de um modelo flexível"colocou José Amaral, da Rede Record, na mesma ocasião.Tarticipamos em todas as instâncias em busca de uma solução tecnológica que contemple melhor o nosso modelo de negócio. A TV precisa de flexibilidade para se manter competitiva frente às demais mídias',disse Roberto Franco, do SBT e presidente da Set.

Uma eventual mudança de modelo na radiodifusão, contudo, é



HOJE, HÁ CANAIS SEM PROGRAMAÇÃO OU COM PROGRAMAS EM DESACORDO COM A NORMA CONSTITUCIONAL O DIGITAL SÓ AGRAVA ESTE PROBLEMA

talvez o ponto mais obscuro do atual momento. Os radiodifusores não gostam da idéia, e argumentam que a TV aberta no Brasil é um sucesso em todos os sentidos, cumpre um papel social e que conquistou tudo isso sem capital estrangeiro.Tem, então, que ser preservada. Isso significa dizer que é necessário que se cumpram as tais premissas: gratuidade, não-dispersão da audiência e das verbas publicitárias, independência em relação aos meios de distribuição...

Por outro lado, há vários setores do governo, e mesmo levantamentos feitos pelo próprio CPqD,que apontam para uma maior racionalidade econômica se o - modelo fosse revisto no ambiente digital. A questão do operador de rede é central, ou seja, uma empresa (ou várias) que fique responsável pela infra-estrutura de TV e todos os investimentos inerentes.

O CPqD simulou a possibilidade de que todas as emissoras compartilhassem a infra-estrutura de distribuição. Com isso, segundo as contas presentes nos relatórios, os custos totais de transição (na parte de infra-estrutura) seriam da ordem de R$ 3 bilhões. Se cada emissora for pelo seu caminho, os custos estimados são de R$ 5,6 bilhões.

O problema é quem será o gestor dessa rede compartilhada.Teria que ser uma empresa operadora de rede independente, sem direito a gerar a sua própria programação.Teria que haver garantias de acesso a essa rede para qualquer interessado. As emissoras de TV deveriam ter vantagens econômicas em pagar pela distribuição em lugar de investir em redes próprias. Mas teriam que aprender a conviver com o fato de que a qualidade de distribuição não seria mais um diferencial competitivo entre elas. Com uma rede única, as atuais e futuras emissoras não correriam o risco de deixar o espectro ocioso, haveria espaço para novos agentes no mercado, a rede pública poderia ser fortalecida, com TV Câmara e Senado abertas para todos, por exemplo. Haveria, inclusive, uma rede compartilhada por todos para serviços móveis e portáveis,o que pouquíssimas emissoras terão condições de bancar caso cada uma tenha que fazer a própria infra-estrutura.

Só que esse modelo, defendido por grande parte das entidades da sociedade civil e também por alguns ministérios (Ministério da Cultura, por exemplo, e parcelas do Ministério da Fazenda e Casa Civil), implicaria uma mudança tão brutal para o modelo atual das emissoras de TV que, por mais racional que possa parecer, assusta. As emissoras temem não só o fato de ficarem na mão de um terceiro, como temem que a entrada de novos players pulverize a audiência e a verba publicitária."Todo mundo quer pluralidade, mas ela não existe em nenhum lugar no mundo na TV aberta. Isso é uma coisa que só funciona na TV paga, na Internet, onde o modelo econômico é pago" diz Johnny Saad.

É mais ou menos o mesmo medo que as emissoras de televisão têm em

relação à mobilidade. Elas querem tanto o padrão japonês (ISDB) porque acreditam que, com ele, terão 100% de autonomia sobre o espectro utilizado para a distribuição móvel. Não querem ficar na mão de nenhuma tele, e querem dificultar a entrada das teles nessa seara (o que ficaria mais fácil se o Brasil optasse pelo DVB).

A questão do operador de rede é importante e pode definir o modelo brasileiro, mas depende necessariamente de lei, ou mesmo de ajustes constitucionais.

Uma alternativa seria implantar este modelo de forma compulsória. Ou seja, as emissoras de televisão que receberem os 6 MHz teriam que, em parte do espectro, *e* bancando os custos de infra-estrutura, levar canais de acesso público, canais de interesse da sociedade, como aliás foi feito pela Lei de TV a Cabo há mais de dez anos, e que viabilizou o surgimento da TV Câmara, TV Senado, TVs universitárias, inúmeros canais locais. Teriam também que dar acesso às suas redes móveis. Teriam, enfim, que seguir as mesmas regras que hoje se aplicam às redes de telecomunicações, e que hoje só não acontece no espectro analógico das TVs porque não há espaço ocioso.

Outro problema imediato para o governo é justificar, caso escolha por um dos padrões internacionais, a exclusão das conquistas obtidas pelos pesquisadores brasileiros. Pode parecer estranho, mas com menos de um ano de pesquisa efetiva, e com "apenas" R$ 50 milhões investidos, algumas universidades conseguiram resultados surpreendentes. As pesquisas de middleware no Brasil são fortes candidatas a entrarem em qualquer um dos padrões internacionais que venha a ser escolhido. A compressão MPEG-4, que também será incorporada, não é nenhuma conquista brasileira, ainda que haja pesquisas de entidades nacionais nesse campo. Mas as pesquisas com modulação e transmissão, sobretudo as desenvolvidas pelo Inatel e pela PUC/RS, dependeriam de mais tempo para serem adotadas, ainda que os resultados tenham sido surpreendentes e com ganhos substanciais do ponto de vista técnico *e* econômico (com grande economia de energia, por exemplo). O Estado gastou dinheiro com estas e outras pesquisas, *e* a pior coisa a fazer é esquecê-las na gaveta agora. "Não reinventamos a roda e provamos competência. Será justo que pressões econômicas por uma decisão imediata nos deixem de fora?" disse Fernando Castro, da PUC/RS, na Comissão Geral da Câmara dos Deputados.

Da mesma forma, ainda está longe de uma definição a questão da política industrial que acompanhará a digitalização da TV. A Eletros (que representa 100% dos fabricantes de televisão) pediu, de forma dura e direta, que o governo dê mais tempo para a discussão. "Não estamos sendo ouvidos e estamos insatisfeitos com a forma com que o debate está sendo conduzido" disse Paulo Saab, presidente da entidade, aos parlamentares. Foi acusado pelo ministro Hélio Costa de estar a serviço da Philips, que tem interesses no padrão DVB. Foi um bate boca que só serviu para expor a divisão entre vários setores.

O DEBATE AMPLO SOBRE A TV DIGITAL NO BRASIL VEM SENDO EMPURRADO COM A BARRIGA, SENDO TEMA DE "QUASE DECISÕES" SUCESSIVAS DESDE 2000

Sempre a política...

O fato é que das diferentes possibilidades e desafios tecnológicos e variantes econômicas que precisam ser decididas é que surgem os problemas políticos desse momento de decisão: como bancar mudanças tão radicais em um ano eleitoral? Haverá força política para bancar as mudanças? O CPqD, em seus relatórios entregues à Anatel em maio 2002 sobre a questão da TV digital, trazia o exemplo da Austrália para justificar a dificuldade de se tomar decisões tão críticas em um ano eleitoral. A constatação, naquela época, é de que apesar de propostas de modelo inovadoras, o momento político australiano acabou limitando as opções naquele país. Parece ser o mesmo problema que o Brasil tem hoje e tinha em 2002, quando o governo decidiu deixar a questão da TV digital para depois.

O mesmo se aplica ao Congresso. É ele quem discute marcos legais, mudanças na Constituição. É ele quem poderia ter tomado a iniciativa de discutir todos estes problemas há quatro anos, quando a Anatel estava prestes a tomar uma decisão, mas optou por ficar fora do debate, só voltando à cena no começo de fevereiro. Promete discutir um pouco mais em março, depois do Carnaval. Mas depois disso começa a contagem regressiva para o recesso branco do segundo semestre.

Enquanto isso, também é fato que a TV digital no Brasil vai sendo empurrada com a barriga, sendo tema de "quase decisões" sucessivas desde 2000, mas que sempre acabam arrefecendo em função das mesmas variáveis: medo político, controvérsias, falta de projeto do governo, de tudo um pouco... Até hoje, só não houve um debate civilizado com começo meio e fim.